



ANÁLISE DO ORÇAMENTO ESTADUAL PARA O ENSINO MÉDIO 2019-2022

Agosto de 2022

FICHA TÉCNICA

Coordenação Política Cristiane da Silva Ribeiro, Iara Pietricovsky e José Antonio Moroni (Colegiado de Gestão do Inesc)	Coordenação técnica Cleo Manhas Revisão técnica Nathalie Beghin e Sílvia Alvarez Diagramação Thaís Vivas
Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura – Edifício Márcia. CEP: 70. 3037-900 - Brasília/DF Telefone: + 55 61 3212-0200 E-mail: inesc@inesc.org.br Página Eletrônica: www.inesc.org.br	

É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita, desde que sejam citados os autores e a instituição que apoiou o estudo, e que se inclua a referência ao artigo ou ao texto original.

INTRODUÇÃO

O Inesc acompanha o Orçamento Público Federal em várias áreas, dentre elas a educação. Nesta nota técnica, nos desafiamos a ampliar a análise, considerando agora o desempenho do financiamento do ensino médio, no que tange aos estados, que são os responsáveis por esta etapa de ensino.

Vimos peremptoriamente denunciando o desfinanciamento da educação, especialmente a partir da aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, com relação ao orçamento da União. Contudo, nada tem sido feito por parte do poder público, ao contrário, nem mesmo em tempos de pandemia aportaram recursos para a adaptação das escolas ao ensino remoto, ou mesmo das universidades, que são responsabilidade do governo federal.

E no que diz respeito aos estados, como tem sido a execução do orçamento para a Educação? A proposta desse documento é fazer esta análise, com foco no ensino médio.

Para isso, pesquisamos nos portais de transparência dos estados dados orçamentários dos últimos quatro anos, especialmente do período mais grave da pandemia de Covid-19. Já no início da pesquisa, percebemos vários entraves, por exemplo, a falta de transparência dos portais estaduais, pois em vários deles não conseguimos os valores das dotações iniciais, ou o autorizado para o ano, prejudicando a análise e a comparação ano a ano.

Portanto, além da análise sobre o orçamento dos estados por região, esta nota técnica vai abordar também a transparência dos portais, bem como as medidas de austeridade que afetam o financiamento da educação, as desigualdades de acesso ao ensino agravadas pela pandemia, e uma rápida análise sobre o orçamento federal.

Transparência

Os dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI) não são respeitados, visto que vários portais não possuem as informações completas, que permitam à sociedade acompanhar as ações governamentais. Além disso, os pedidos de informação pela LAI não estão sendo devidamente cuidados pelas administrações, pois na maioria das vezes sequer recebemos respostas ou, se elas chegam, não são suficientes, ou, ainda, muitas vezes contraditórias, como os casos de Rondônia, Amapá e Mato Grosso, que enviaram números completamente discrepantes daqueles que estavam disponibilizados no Portal. Como o portal de transparência é público, optamos por utilizar os dados ali dispostos, em vez daqueles recebidos por LAI. Apesar de o Brasil ser considerado um dos países com maior transparência nas ações e contas públicas, a cada ano, estamos perdendo informações, cada vez mais obnubiladas.

Além disso, não há uniformidade de nomenclaturas, por exemplo, alguns utilizam “dotação atualizada”, outros “autorizado”. Alguns inserem restos a pagar, outros não. E ainda mais grave, há aqueles que não disponibilizam os valores aprovados. Cada Estado utiliza uma denominação diferente, não sendo, muitas vezes, comparáveis. O que nos obrigou a fazer ajustes para entender minimamente o que ocorre em cada ente estadual, além de podermos ampliar a análise para entender o que está acontecendo com o financiamento da educação nos níveis subnacionais.

Por este motivo, há lacunas em nossas análises, o que não nos impede de mostrar o desastre que se avizinha. Caso continuemos nesta toada, poderemos retroceder anos com relação à escolarização de crianças, adolescentes e jovens, como já vem ocorrendo em algumas áreas específicas, como Educação de Jovens e Adultos (EJA), pesquisas, com a redução drástica de bolsas, sucateamento das universidades públicas, com a não realização de concurso para novos professores, falta de recursos para ampliação de vagas como vinha ocorrendo até 2014. E no caso do ensino médio, soma-se ainda a implementação de uma reforma imposta por medida provisória, sem diálogo com a comunidade escolar, exatamente quando os recursos estão sendo cortados.

O que motivou este estudo foi especialmente o período de aulas remotas, devido a pandemia, aprofundando desigualdades entre redes pública e privada, como demonstrado em [pesquisa realizada pelo Inesc em parceria com o Instituto Vox Populi](#). Onde constatamos que as desigualdades se aprofundaram, visto que os e as adolescentes mais afetadas foram as meninas pretas e periféricas. Muitos desses adolescentes periféricos, rurais, indígenas, quilombolas não tiveram qualquer acesso ao ensino remoto, ou aqueles e aquelas que acessaram, o fizeram de maneira precária, com dados móveis que não duravam o mês todo. Os que estavam sem acesso receberam atividades impressas das escolas, sem qualquer mediação. Tudo isso aprofundado por questões emocionais, violências, trabalho dentro e fora de casa.

Austeridade

Mesmo diante esse quadro, o Congresso Nacional nos faz conviver com um orçamento secreto, que, sem critérios técnicos, destina recursos à estados e

municípios à discricionariedade de cada deputado, amparados nas emendas de relator ao Orçamento Geral da União. Um exemplo disso foi a compra de “kits robótica” para escolas que ainda não têm acesso à água ou energia. Escolas cujos professores não foram preparados para trabalhar com material semelhante. Há medidas de austeridade, como a Emenda Constitucional 95, do teto dos gastos, que desde 2016 vem achatando o orçamento destinado à educação e inviabilizando a realização do Plano Nacional de Educação (PNE) e a implantação do Custo Aluno Qualidade (CAQ), impedindo a realização de uma educação de qualidade, até mesmo retrocedendo em termos de acesso universalizado à educação básica.

A análise que apresentamos no [Balanço Geral do Orçamento da União em 2022](#) demonstra que a política de educação vem perdendo recursos desde 2016, após aumento significativo e progressivo, especialmente entre 2012 e 2014. De lá para cá, a política está paulatinamente sendo desfinanciada, desrespeitando os princípios da realização progressiva de direitos e da máxima mobilização de recursos, inscritos no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais (Pidesc).

A crise instalada pela pandemia de Covid-19 não provocou tal fato, apenas agravou, ampliando desigualdades entre os com e os sem acesso aos insumos necessários para receberem educação remota, aumentando ainda mais a distância entre pobres e ricos, negros e brancos, comprometendo toda uma geração. Notem que não estamos sequer falando em educação de qualidade, mas acesso ao mínimo necessário. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC/IBGE), cerca de 6,5 milhões de estudantes entre 6 e 17 anos ficaram distantes do aprendizado desde o início da pandemia, somando nesse cálculo os que não se matricularam em 2020 e 2021 com aqueles que mesmo matriculados não tiveram acesso ao ensino.

Mesmo assim, foi aprovada, em abril de 2022, Emenda Constitucional que anistia estados e municípios que não aplicaram o mínimo na educação em 2020 e 2021. E, segundo dados da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), 358 municípios não atingiram o percentual constitucional em 2020. Em 2019, foram 72 municípios. Em 2021 cerca de 846 municípios não alcançariam 25% de despesas em manutenção e desenvolvimento. Além dos municípios, vários estados aplicaram menos do que vinham aplicando.

Um dos motivos da redução de recursos diz respeito à crise de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos períodos mais críticos da pandemia, que levou vários estados a não aplicarem o devido na educação, ou a manterem os valores aplicados em anos anteriores, sem reajuste com base na inflação. O Governo Federal agravou a situação quando apresentou outra proposta de corte do ICMS, principal imposto que alimenta o Fundeb, por meio de projeto de lei aprovado com muita celeridade no Congresso Nacional. Mesmo que alguns congressistas tenham conseguido impor emenda garantindo os mínimos da saúde e educação, ela foi vetada pelo Executivo e, ainda que derrubem o veto, cabe regulamentação e não se sabe como isso se dará na prática, pois a medida passa a valer imediatamente, para resolver uma questão meramente eleitoral. Ou seja, há muita insegurança com relação ao futuro do financiamento da educação e uma distância enorme entre o proposto no Plano Nacional de Educação e o que ocorre na prática.

Além das questões financeiras graves, o Ministério da Educação, órgão central que deveria indicar caminhos, não liderou o processo, sequer propôs medidas efetivas

para conter os danos; delegando responsabilidades para cada rede, em cada estado ou município sobre os rumos a serem seguidos, sem incentivo à inovação em meio à pandemia. Necessário que se diga que tecnologia sem acesso igualitário de todas as pessoas não é inovação e sim violação de direitos, visto que direito que não alcança a todos se transforma em privilégio.

Neste panorama ainda não sabemos dados reais sobre a evasão escolar, uma vez que muitas crianças e adolescentes foram obrigados a contribuir com a renda familiar tendo assumido atividades laborais que certamente competem com a vida escolar. Além disso, ainda não temos condições de analisar, no caso do ensino médio, as consequências para estudantes matriculados que não conseguiram acompanhar aulas remotas.

A Covid-19 e o agravamento das desigualdades

As áreas rurais e periferias das grandes cidades foram as mais afetadas, com menor acesso à internet. E devemos destacar a importância da educação pública, pois, de acordo com o Censo Escolar 2020, as escolas privadas respondem a apenas 1% das matrículas nessas regiões, ou seja, esta população é atendida quase em sua totalidade, 99%, pelas redes públicas.

O Censo Escolar aponta, ainda, a distorção idade-série e as taxas de reprovação em 2019 e 2020, com números significativamente maiores nas regiões Norte e Nordeste. Com relação à raça/cor, na etapa creche temos mais crianças brancas que pretas e pardas, no entanto, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), etapa destinada a quem ficou em distorção idade/série, os estudantes negros são a maioria, ou duas vezes mais que os brancos.

Entre 2016 e 2020 foram registradas cerca de 973 mil matrículas a menos apenas no ensino fundamental. Não se pode apontar uma única causa, mas certamente o aumento do trabalho infantil é uma delas. Com relação ao ensino médio, houve uma discreta elevação entre 2019 e 2020, insuficiente para recuperar a queda de matrículas nesses 4 anos, ou seja, entre 2016 e 2020 tivemos cerca de 582 mil matrículas a menos no ensino médio. A EJA perdeu cerca de 500 mil estudantes, que para esta etapa representa mais de 15% do total de matrículas. Veremos que a redução está diretamente ligada a falta de programas federais e incentivo financeiro aos estados e municípios.

Sabemos que no contexto da pandemia o acesso à internet é essencial, contudo, informações constantes em publicação da [Campanha Nacional pelo Direito à Educação](#) evidenciam que apenas no ensino fundamental cerca de 4,4 milhões de estudantes não dispunham de acesso domiciliar à internet em banda larga ou 3G/4G para atividades remotas de ensino/aprendizagem.

A [pesquisa Inesc/Vox Populi](#), apresenta situação grave no ensino médio de todo país. Cerca de 50% dos estudantes da rede pública só tiveram celular para acessar as aulas remotas, aproximadamente 25% acessam por pacote de dados restritos, que não duram o mês inteiro, estudantes da rede pública tiveram em média uma hora a menos de aula por dia do que os da rede privada. As meninas negras foram as mais afetadas com o estudo remoto, tendo mais atividades domésticas, menos tempo de estudo e condições precárias.

Orçamento da União para a Educação

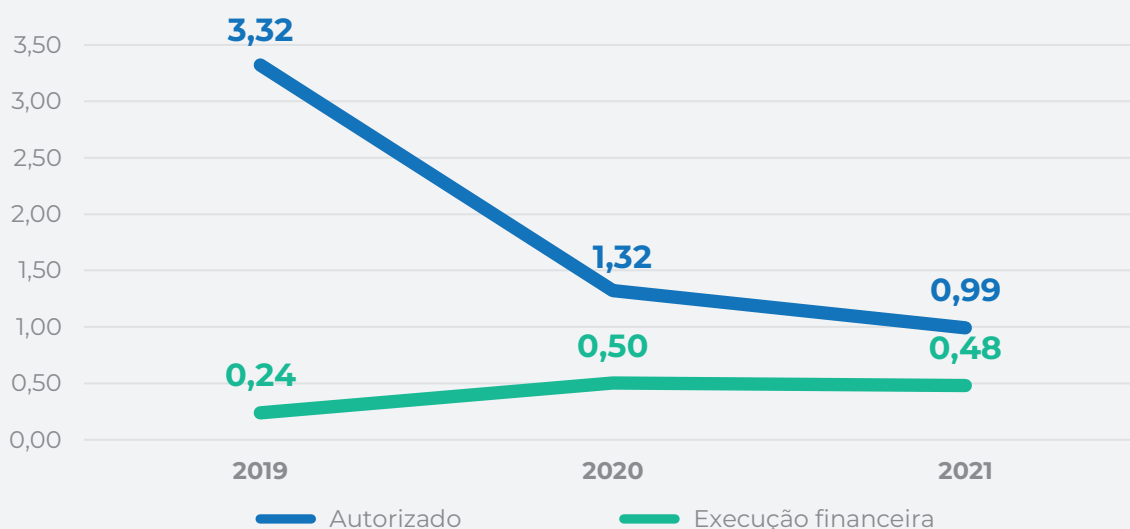
Quando observamos os dados orçamentários da função educação, entre 2019 e 2022, relativos ao governo Bolsonaro, percebemos que em 2019, ou ano em que herdaram o orçamento já aprovado no ano anterior, o recurso proposto (PL) e o autorizado, tem o maior valor nos 4 anos de mandato. A partir da aprovação do Plano Plurianual para 2020/2023, os recursos vêm caindo paulatinamente.

No ano 1 da pandemia (2020), o liquidado foi R\$ 10 bilhões a menos que em 2019, ou seja, quando toda as redes de ensino tiveram de criar sistema de ensino remoto, emergencialmente, os recursos foram menores. O que corrobora com as informações coletadas pela pesquisa encomendada pelo Inesc e realizada pelo Instituto Vox Populi, que demonstra que a performance da rede pública com relação ao ensino remoto foi muito insuficiente, prejudicando, especialmente, meninas, pretas, periféricas.

Focalizando um pouco mais, no âmbito das ações orçamentárias, temos a Infraestrutura para Educação Básica, fundamental para o retorno às aulas, visto que são necessárias novas salas de aula e reformas para adequação, devido ao fato de ainda estarmos em pandemia e da vacinação para crianças e adolescentes ainda não ter atingido o universo do público. Conforme observamos no gráfico 1, desde 2019 a execução orçamentária para esta área é baixíssima e, em consequência, vem caindo o valor autorizado.

Gráfico 1 | Orçamento da ação Apoio à Infraestrutura para Educação Básica de 2019 a 2021

valores em **bilhões** de reais correntes



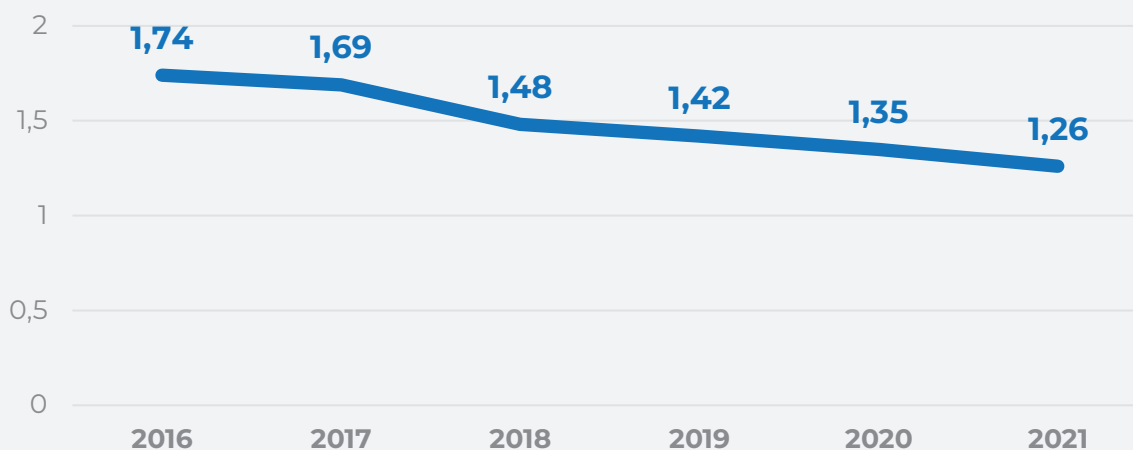
Fonte: Siga Brasil
Elaboração: Inesc

Percebemos, ainda, que neste atual governo não houve recursos para educação indígena e quilombola, ou recursos extras para escolas que precisam de insumos diferenciados para uma educação que valorize e preserve suas culturas.

Restou às escolas os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), insuficientes para atenderem as necessidades de readequação de fato, o que exige reformas estruturais, especialmente nas escolas periféricas, das zonas rurais, dos povos e comunidades tradicionais.

Como constatamos, a educação está longe de ser prioridade governamental, visto que os recursos para a função educação continuam em queda, apesar do Plano Nacional de Educação, desde 2016. Com relação ao Produto Interno Bruto, o gasto com a Função educação naquele ano equivalia a 1,7% do PIB e em 2021 caiu para 1,2% (gráfico 1.1).

Gráfico 1.1 | Evolução da Função Educação com relação ao PIB de 2016 a 2021
valores em **bilhões** de reais correntes



Fonte: Siga Brasil
Elaboração: Inesc

ORÇAMENTO DOS ESTADOS: EDUCAÇÃO NO GERAL E ENSINO MÉDIO EM PARTICULAR 2019 A 2022

Fizemos uma análise dos portais de transparência de todos os estados brasileiros, ente federativo responsável pelo ensino médio, com relação à função educação, à subfunção ensino médio e, ainda, das ações destinadas aos povos indígenas e quilombolas, quando existiam, que na maioria das vezes vêm junto com educação no campo, dentre outros, como educação especial, por exemplo. O período analisado foi 2019 a 2022.

Como informamos anteriormente, percebemos que a Lei de Acesso à Informação (LAI) vem sendo descumprida em vários locais, o que fica perceptível quando analisamos os dados. Ou seja, há lacunas na análise, mas os dados que encontramos, mesmo que incompletos, já indicam um grave desfinanciamento do ensino médio nos estados, em meio à uma pandemia que exigia adaptações necessárias para um ambiente escolar seguro.

Antes de começarmos nossa análise por região e estados, é necessário reforçar que a Constituição Federal estabeleceu responsabilidades compartilhadas entre os entes da federação para com a educação. Os municípios se ocupam da educação infantil e ensino fundamental, os estados se ocupam do ensino médio, e o Governo Federal se ocupa do ensino superior e da complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, Fundeb. Então, os estados são os principais responsáveis pelo ensino médio, sendo que precisa aplicar 25% da arrecadação de impostos estaduais na política de educação com ênfase nesta etapa de ensino.

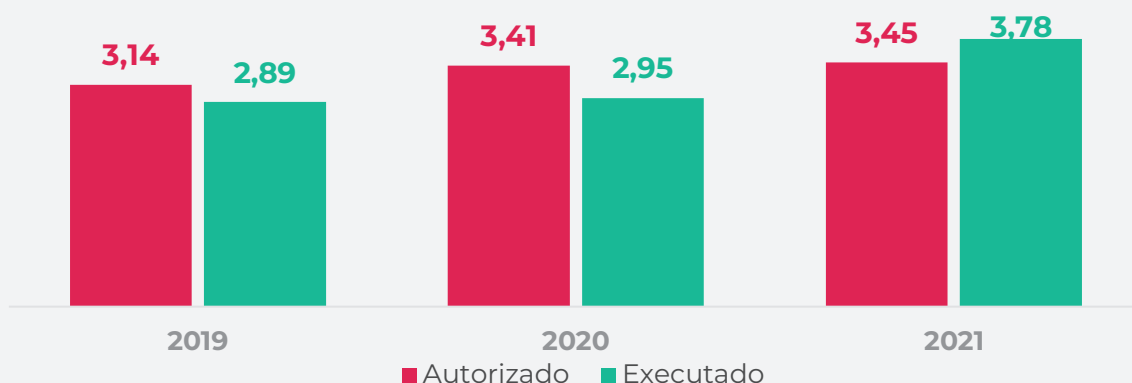
Região Norte

Na região Norte, há questões preocupantes em quase todos os estados, iremos destacar as mais visíveis. No Amazonas o aporte de recursos para o ensino médio em 2020 foi cerca de 3% do aportado em 2019, ou R\$ 495 milhões pagos em 2019 e apenas R\$ 15 milhões em 2020. podemos inferir que o investimento em ensino remoto foi praticamente nada. No Acre, com os poucos dados acerca do ensino médio, é possível constatar que o aporte em 2020 foi menos da metade do habitual. Os demais estados, com exceção do Pará, que manteve os níveis de gastos, não temos dados disponíveis acerca da execução orçamentária para a subfunção ensino médio.

E com relação à educação em geral, no Amazonas, apesar de ter uma execução melhor em 2022, entre 2019 e 2020 o gasto foi praticamente o mesmo, independente da inflação, conforme indicado no gráfico 2.

Gráfico 2 | Orçamento da Função Educação no Amazonas de 2019 a 2021

valores em **bilhões** de reais correntes

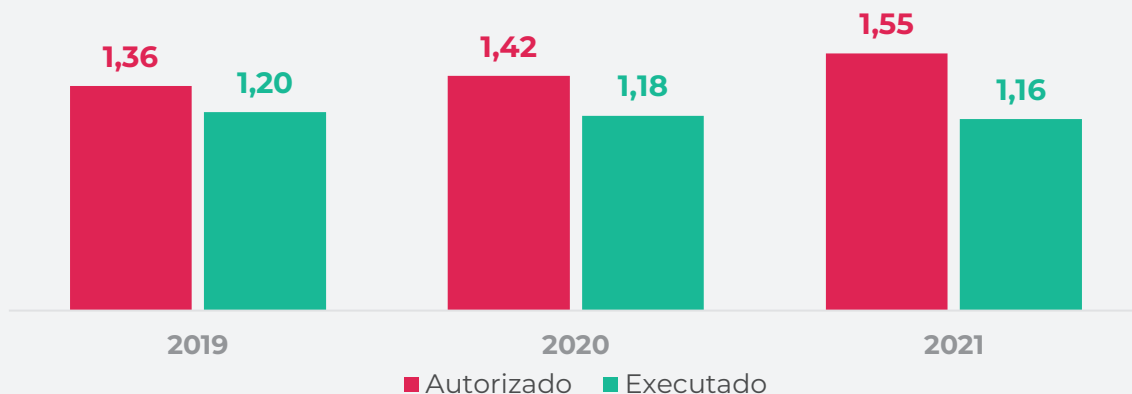


Fonte: Portal de transparência do Amazonas
Elaboração: Inesc

No Acre, apesar de o recurso autorizado para a Função Educação ter uma linha crescente entre 2019 e 2021, a execução orçamentária é sempre menor. Se considerarmos que são dados correntes, ou seja, não deflacionados, a queda é ainda maior.

Gráfico 3 | Orçamento da Função Educação no Acre de 2019 a 2021

valores em **bilhões** de reais correntes

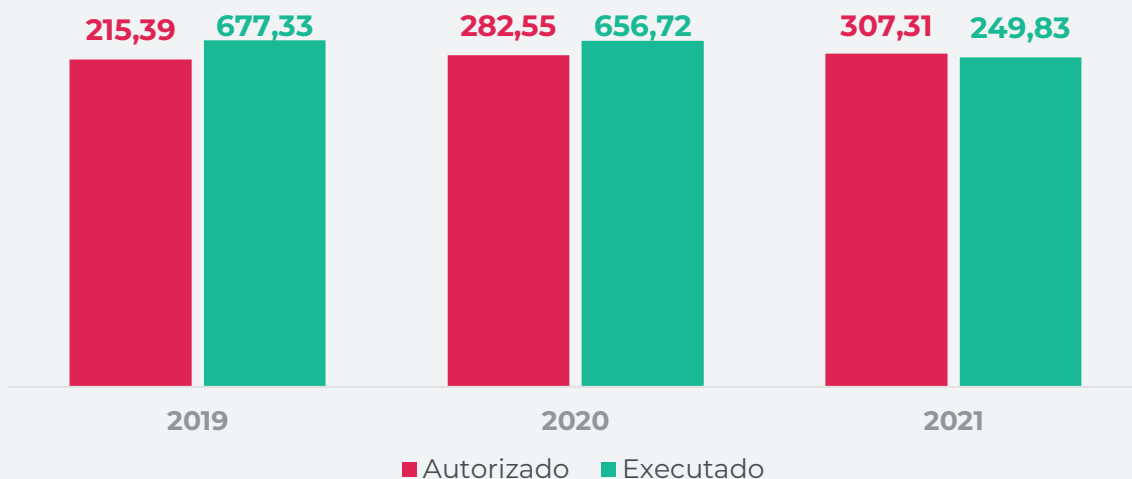


Fonte: Portal de transparência do Acre
Elaboração: Inesc

Em Roraima, quando miramos o gráfico 4, podemos até nos enganar, pois o recurso pago da Função Educação é maior que o autorizado, no entanto, o gráfico 5 nos auxilia a enxergar melhor o recurso realmente gasto com a educação. E a curva é nítida, o gasto caiu entre 2019 e 2021.

Gráfico 4 | Orçamento da Função Educação em Roraima de 2019 a 2021

valores em **milhões** de reais correntes



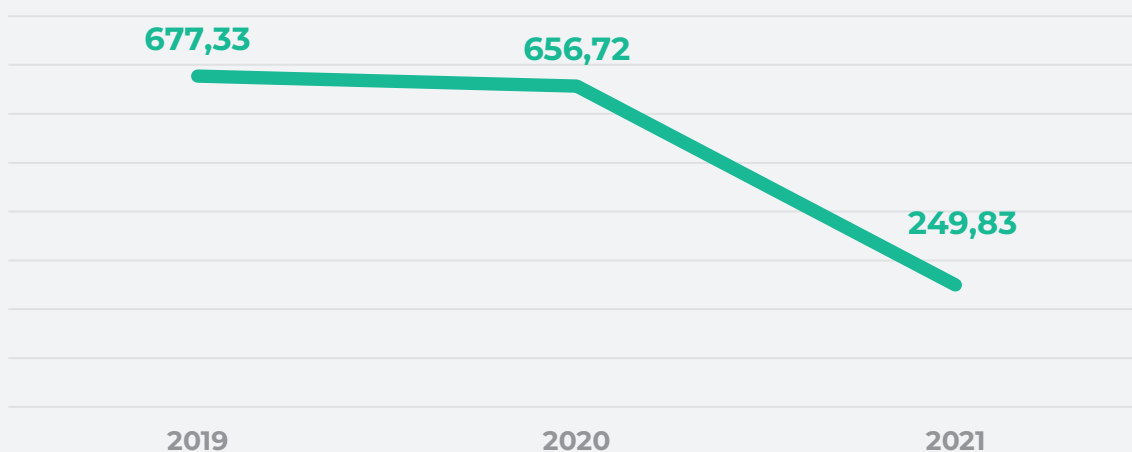
Fonte: Portal de transparência de Roraima

Elaboração: Inesc

Gráfico 5 | Valores executados para a Função

Educação em Roraima de 2019 a 2021

valores em **milhões** de reais correntes



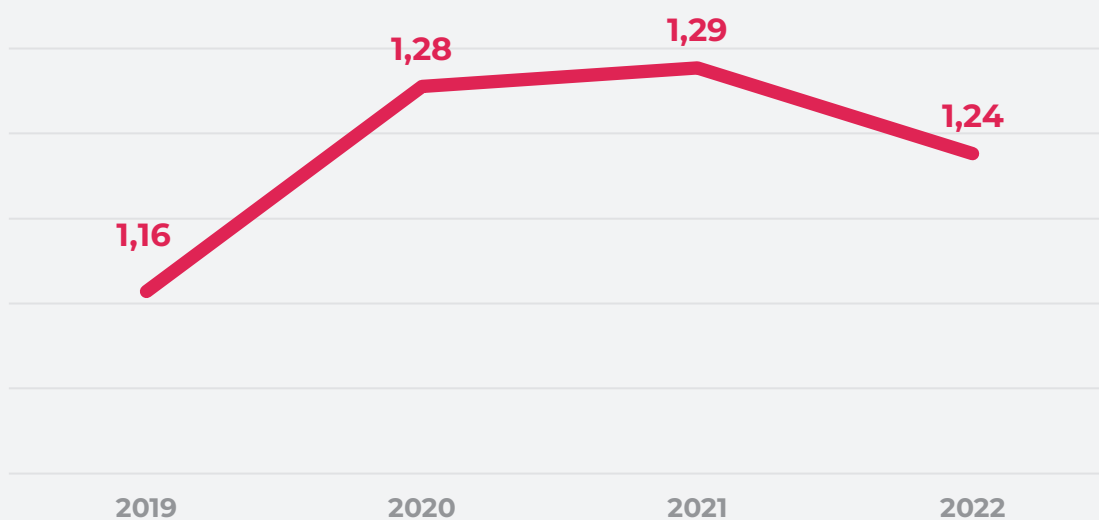
Fonte: Portal de transparência de Roraima

Elaboração: Inesc

A falta de transparência foi um obstáculo em grande parte dos estados, de acordo com o destacado anteriormente.

Gráfico 6 | Orçamento da Função Educação no Amapá de 2019 a 2022

valores em **bilhões** de reais correntes



Fonte: Portal de transparência do Amapá
Elaboração: Inesc

No Amapá, por exemplo, só encontramos os valores autorizados, ou seja, não conseguimos acompanhar o que foi de fato pago, pois não recebemos resposta ao pedido de informação feito via LAI. De qualquer forma, conforme constatamos no gráfico 6, os valores autorizados entre 2019 e 2022, apesar de ter um incremento entre 2019 e 2021, tiveram queda de promessa de investimento em 2022 em R\$ 80 milhões, sem considerar a deflação.

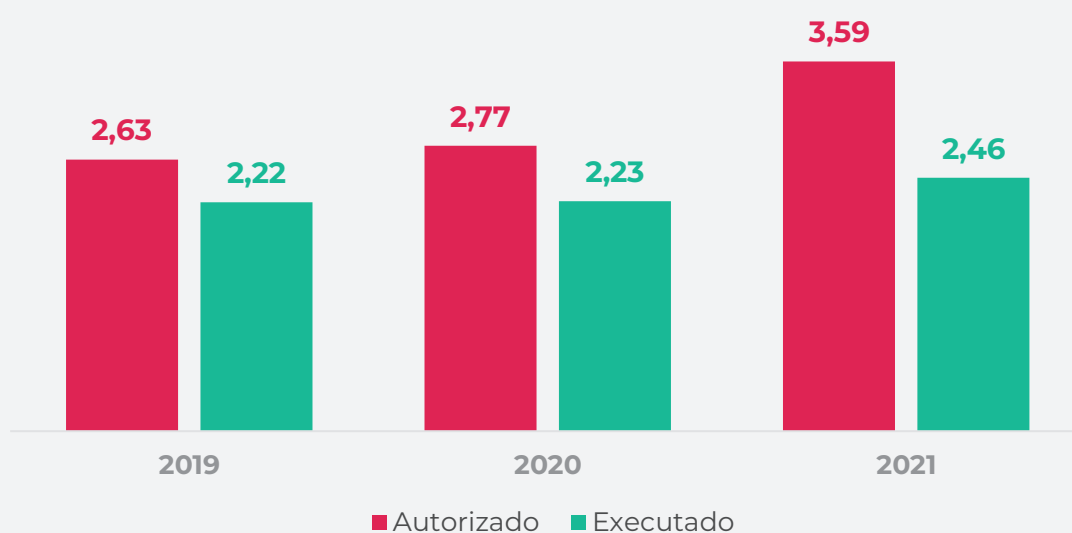
Região Nordeste

Os estados da região Nordeste apresentam melhores números quando observamos os recursos para a educação como um todo, no entanto, sem as devidas correções ano a ano; além disso, com relação à subfunção ensino médio, em dois estados não temos os dados e em outros quatro estados o aporte em 2020 foi menor que no ano anterior.

Vejamos a Paraíba, por exemplo, onde há uma queda em 2020, mas uma pequena recuperação em 2021 (gráfico 7) em relação à execução. No entanto, quando analisamos os valores autorizados, em 2022 há nova queda de aporte de cerca de R\$ 300 milhões.

Gráfico 7 | Orçamento da Função Educação na Paraíba de 2019 a 2021

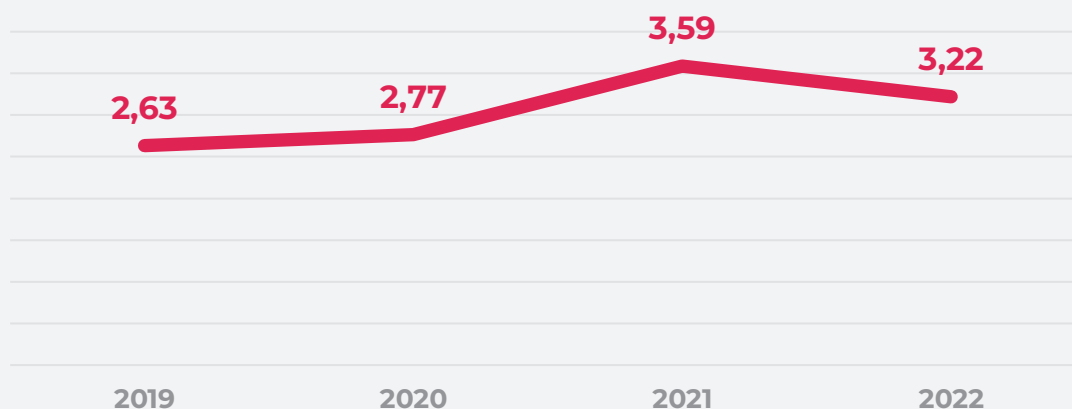
valores em **bilhões** de reais correntes



Fonte: Portal de transparência da Paraíba
Elaboração: Inesc

Gráfico 8 | Valores autorizados para a Função Educação na Paraíba de 2019 a 2022

valores em **bilhões** de reais correntes

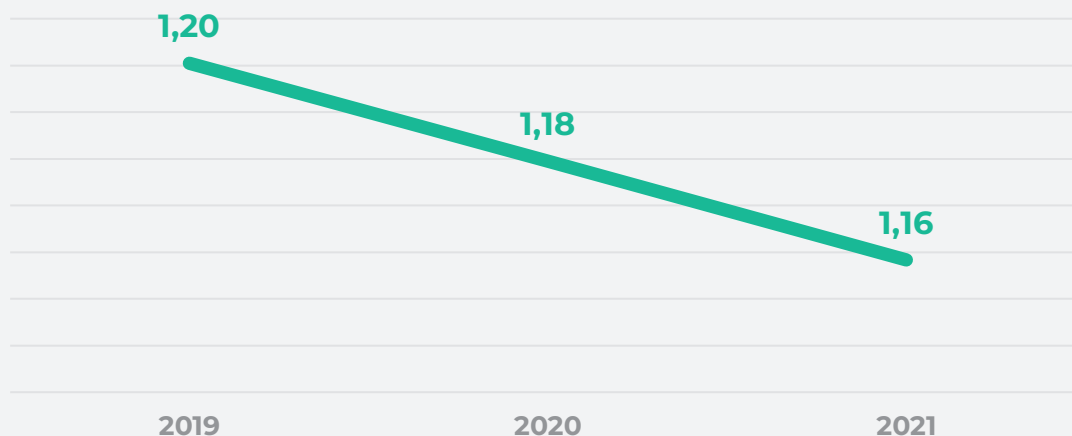


Fonte: Portal de transparência da Paraíba
Elaboração: Inesc

Em Alagoas, os valores autorizados não foram disponibilizados, no entanto, por meio dos valores executados é possível perceber que os recursos caíram cerca de R\$ 42 milhões, também sem descontar a taxa de inflação, entre 2019 e 2021 (gráfico 9).

Gráfico 9 | Valores executados para a Função Educação em Alagoas de 2019 a 2021

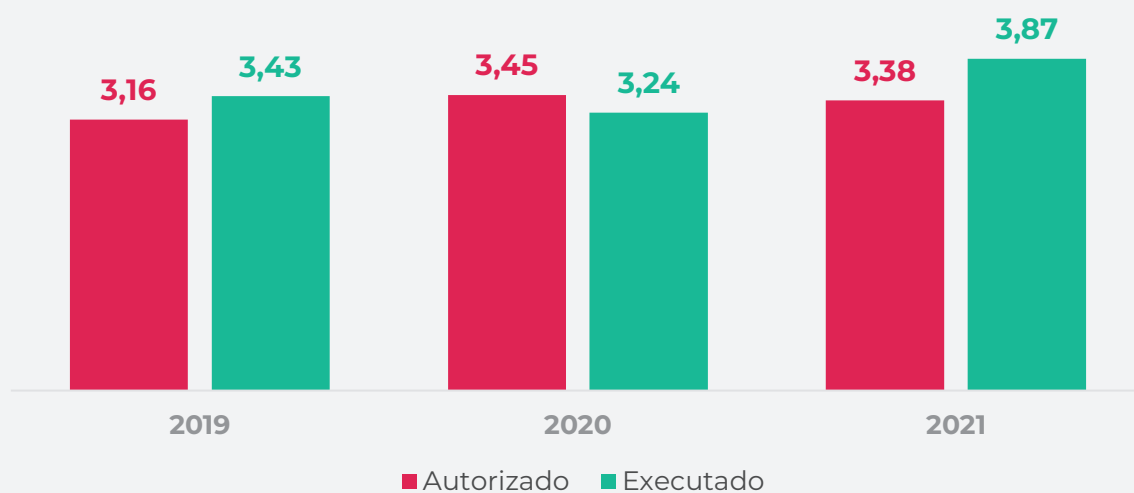
valores em **bilhões** de reais correntes



Fonte: Portal de transparência de Alagoas
Elaboração: Inesc

E mesmo no Ceará, onde a execução orçamentária mostrou-se mais efetiva, em 2020, ou no pior momento da pandemia, o gasto foi menor, conforme indica a linha de tendência do gráfico 10. Justamente no ano mais crítico e onde os aportes de recursos, em geral, foram menores, o que está refletido nos relatórios de pesquisas realizadas naquele momento, grande parte dos e das adolescentes do ensino médio, que é de responsabilidade dos estados, ficou desassistida.

Gráfico 10 | Orçamento da Função Educação no Ceará de 2019 a 2021
valores em **bilhões** de reais correntes



Fonte: Portal de transparência do Ceará
Elaboração: Inesc

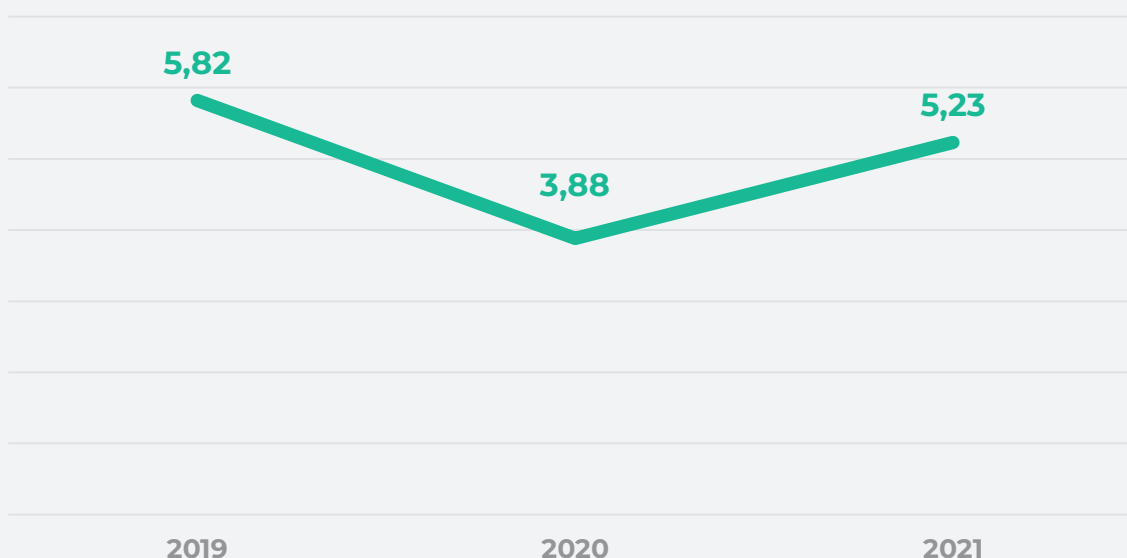
Região Centro-Oeste

Encontramos alguns problemas nos portais de transparência dos estados do Centro-Oeste. Em Mato Grosso, por exemplo, informações recebidas por meio da LAI indicam que valores pagos na Função Educação pularam da casa dos 3 bilhões, o que estava no portal, para 30 bilhões na resposta à LAI, ou seja, não são dados confiáveis.

Em Goiás percebemos que o maior investimento na Função Educação foi em 2019, com queda significativa em 2020, com perda de cerca de R\$ 2 bilhões e uma recuperação parcial em 2021.

Gráfico 11 | Valores executados para a Função Educação em Goiás de 2019 a 2021

valores em **bilhões** de reais correntes

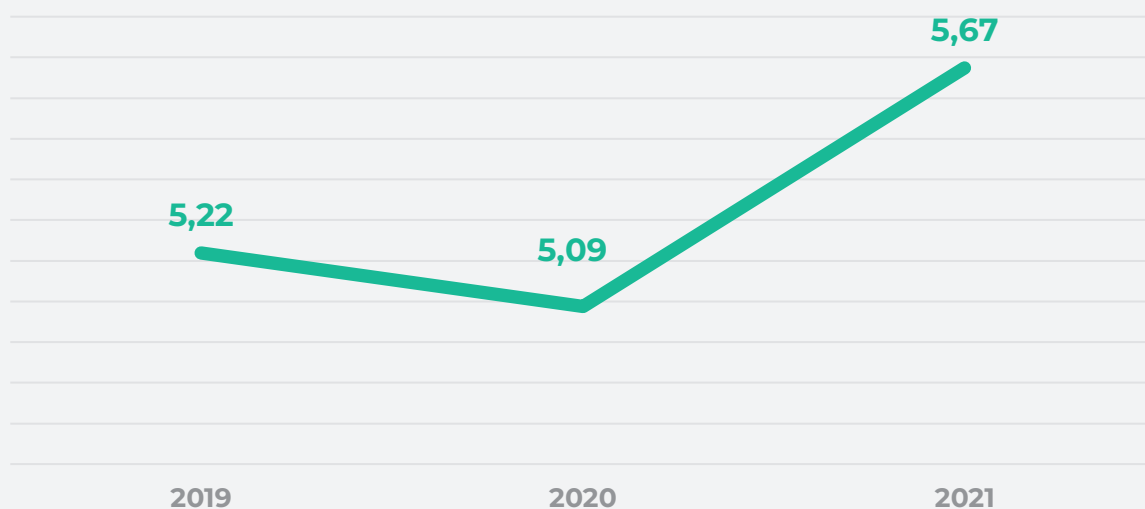


Fonte: Portal de transparência de Goiás
Elaboração: Inesc

No Distrito Federal, o gráfico 12 demonstra que o executado em 2020 foi menor que o ano anterior e bem menor que 2021. Novamente a tendência de queda em 2020, anistiados por proposta aprovada no Congresso Nacional, desconsiderando os prejuízos causados às crianças e adolescentes estudantes da educação básica. Além disso, o valor autorizado para 2022 é menor que o executado em 2021. Ou R\$ 5,01 bilhões, quando o pago no ano anterior foi R\$ 5,6 bilhões.

Gráfico 12 | Valores executados para a Função Educação no Distrito Federal de 2019 a 2021

valores em **bilhões** de reais correntes



Fonte: Portal de transparência do Distrito Federal
Elaboração: Inesc

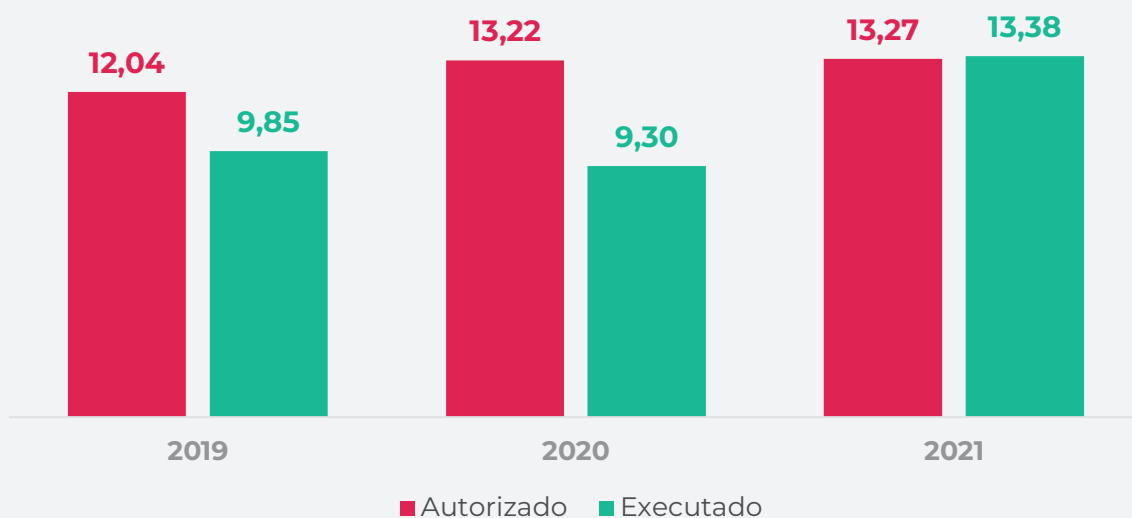
Com relação ao ensino médio, temos dados do Distrito Federal e de Goiás, porém, no caso do segundo, o gasto com ensino médio em 2019, pré-pandemia, é muito insignificante, o que nos leva a crer que os recursos foram alocados em outra subfunção. No Distrito Federal, o aporte para esta etapa de ensino é menor em 2021, seguindo a tendência de vários estados.

Região Sudeste

Na Região Sudeste, com exceção do Espírito Santo, os demais estados aportaram menos recursos para a educação em 2020, sendo que em Minas Gerais o aporte foi significativamente menor, ou R\$ 500 milhões a menos (gráfico 13).

Gráfico 13 | Orçamento da Função Educação em Minas Gerais de 2019 a 2021

valores em **bilhões** de reais correntes

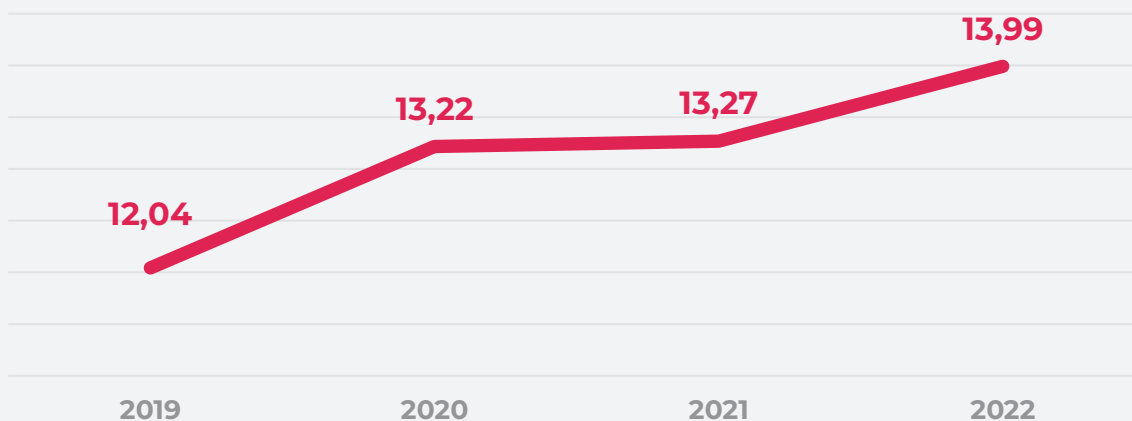


Fonte: Portal de transparência de Minas Gerais
Elaboração: Inesc

Podemos observar, que os valores autorizados neste Estado subiram entre 2019 e 2020, permaneceram estagnados em 2021, com tendência de queda, visto que os valores não estão deflacionados. O mesmo em 2022, pois o aumento não supera a inflação, o autorizado foi de R\$ 13,2 milhões em 2021 para R\$ 13,9 milhões em 2022.

Gráfico 14 | Valores autorizados para a Função Educação em Minas Gerais de 2019 a 2022

valores em **bilhões** de reais correntes

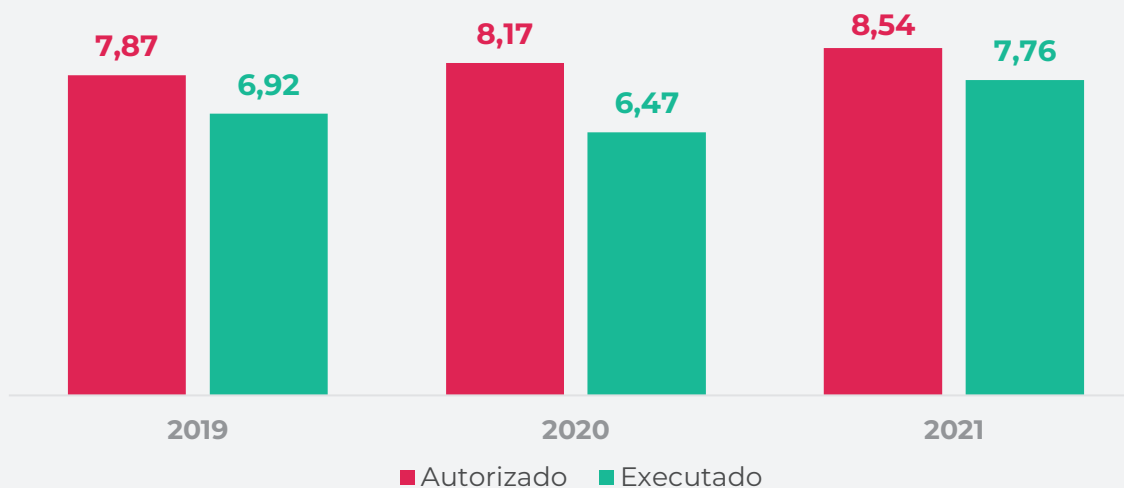


Fonte: Portal de transparência de Minas Gerais
Elaboração: Inesc

No Rio de Janeiro percebemos o mesmo, menor execução em 2020, conforme observamos no gráfico 15.

Gráfico 15 | Orçamento da Função Educação no Rio de Janeiro de 2019 a 2021

valores em **bilhões** de reais correntes



Fonte: Portal de transparência do Rio de Janeiro
Elaboração: Inesc

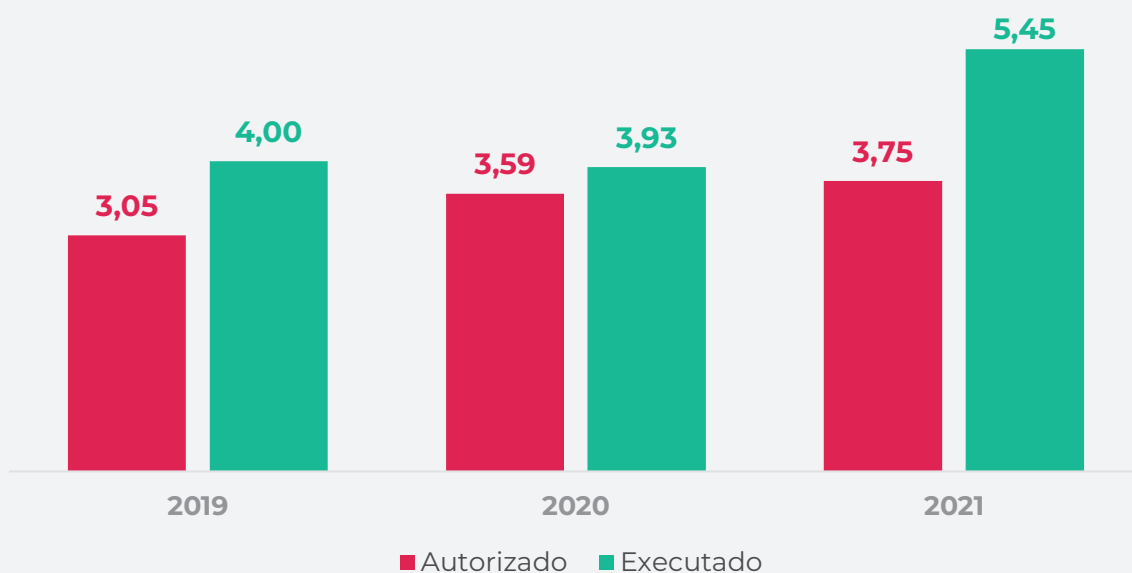
Região Sul

Na Região Sul, apenas em Santa Catarina há uma menor execução em 2020 em relação à 2019, como observamos no gráfico 16. Nos demais estados, Paraná (gráfico 17) e Rio Grande do Sul (RS) (gráfico 18), o executado foi crescente, contudo, especialmente em RS, o gasto é bem inferior ao autorizado nos três anos. Além disso, nos dois estados com dados para a subfunção ensino médio, Paraná e Santa Catarina, percebe-se a queda de investimento em 2020 para esta etapa de ensino. No Paraná, o dado do Portal de Transparência chega a ser insignificante, ou R\$ 5 milhões em 2019 e apenas R\$ 154 mil em 2020.

Vejamos o gráfico 16, com dados da execução orçamentária de Santa Catarina, com curva de tendência seguindo o mesmo caminho de outros tantos estados que aportaram menos recursos em 2020.

Gráfico 16 | Orçamento da Função Educação em Santa Catarina de 2019 a 2021

valores em **bilhões** de reais correntes

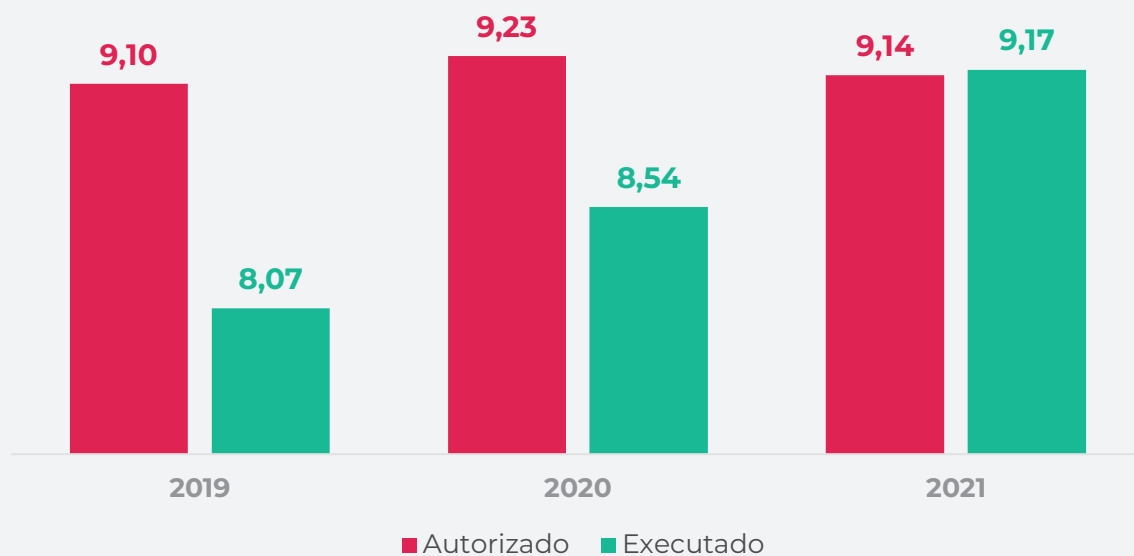


Fonte: Portal de transparência de Santa Catarina
Elaboração: Inesc

No Rio Grande do Sul não temos dados da subfunção ensino médio e com relação à Função Educação percebemos que a linha de tendência é crescente, porém, observa-se que o executado, especialmente nos dois primeiros anos, é muito inferior ao autorizado.

Gráfico 16 | Orçamento da Função
Educação no Rio Grande do Sul de 2019 a 2021

valores em **bilhões** de reais correntes



Fonte: Portal de Transparência do Rio Grande do Sul
Elaboração: Inesc

O FINANCIAMENTO ESTADUAL PARA INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Em geral, não há ação específica para indígenas e quilombolas no que diz respeito à educação. Em quase todos os estados, os recursos vêm em ações com vários recortes, tais como educação do campo, ribeirinhos etc. Na Região Norte, todos os estados trazem ações em que se incluem os indígenas, mas com muitas imprecisões e com algumas falhas em anos específicos. No entanto, nada específico para quilombolas. No Nordeste quatro estados possuem ações específicas para indígenas e apenas um estado com recursos para quilombolas, Pernambuco.

Centro-Oeste, Goiás (GO) e Mato Grosso do Sul (MS) trazem recursos para indígenas, no entanto, apenas em 2019 no caso de GO e 2019 e 2020 no caso de MS. Já na Região Sudeste, apenas São Paulo possui ação específica, porém, nem tão específica assim, pois nesta ação está, até mesmo, educação especial.

Na Região Sul apenas o Paraná traz ação específica para indígenas e quilombolas, os demais estados não podemos monitorar, visto que estão junto com outras ações mais amplas e não especificam os públicos atendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

No Meio do Caminho **Carlos Drummond de Andrade**

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.*

*Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.*

Com relação aos recursos federais para a educação, há tempos estamos denunciando o desfinanciamento desta política pública. E agora, mesmo com todas as dificuldades impostas pela falta de transparência, percebemos que também os estados vêm reduzindo os aportes. O que será agravado com a aprovação da lei que corta ICMS dos combustíveis, até mesmo gasolina e etanol, subsidiando as pessoas com melhores condições financeiras, como proprietários de automóveis, visto que aqueles que mais consomem gasolina são carros mais potentes e caros, agravando, até mesmo, a mobilidade urbana e a emissão de gases de efeito estufa.

Ou seja, o governo central toma medidas que afetam em cadeia, nesse caso, além das questões ambientais e sociais, o financiamento da educação e da saúde, pois mesmo que tenham inserido no texto medidas de compensação, não há garantias, pois não houve regulamentação do texto da nova lei.

Observando os estados onde os dados são disponibilizados, 11 deles tiveram aportes em educação reduzidos em 2020, provocando um efeito cascata, pois abandonou muitas ações necessárias para oferta de ensino remoto com qualidade e retorno às aulas com acolhimento e planejamento do enfrentamento das consequências advindas com os dois anos de fechamento das escolas.

Várias pesquisas realizadas em diferentes locais chegam a conclusões semelhantes, boa parte dos/das estudantes das escolas públicas, especialmente educação do campo, periferias, indígenas, quilombolas, ribeirinhos ficaram sem aulas ou sem mediação das escolas ao longo de todo o período da pandemia. Há uma defasagem gigante, que para ser sanada precisa de vontade política, priorização, recursos de todas as ordens, mas, especialmente, financiamento adequado.

Esta é a sensação: de muitas pedras no meio do caminho. Além de todos os ataques fundamentalistas por meio da famigerada “escola sem partido”, dos cortes frequentes nos recursos da educação, ainda aprovaram por medida provisória, para vigor a partir de 2022, a reforma do ensino médio. Apesar de ser necessária uma reforma, o que foi feito é grave, pois não dialogou com a comunidade escolar e não ouviu adolescentes, apenas empresários, como a Fundação Lemann, por exemplo, que fornece “tecnologias” educacionais, que precarizam anos de avanços conseguidos pelo movimento social.

A medida provisória, após aprovada, transformou-se na Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mudando toda a forma de organização desta etapa de ensino. Ampliou a carga horária de 800 para 1000 horas, contudo, isso não significa mais qualidade, visto que parte dessas horas podem ser ocupadas com cursos de baixa complexidade, oferecidas até mesmo pelo sistema S, como forma de “qualificação profissional”. Ou seja, voltamos aos anos 1970, quando tínhamos uma educação para as classes mais abastadas, que frequentariam as universidades e outra para pobres, com formação para o trabalho técnicos e menores salários. Aumentando o esforço necessário para que jovens em situação de maior vulnerabilidade acessem o ensino superior.

Além disso, as escolas públicas não foram equipadas para oferecer os itinerários formativos, especialmente aqueles que exigem laboratórios, por exemplo. Professores também não foram preparados e alguns estão sendo desviados de suas disciplinas para oferecer outras do novo currículo. As únicas disciplinas obrigatórias para os três anos são português e matemática. E mesmo assim, em Brasília, por exemplo, visitamos uma escola cujos alunos estavam há três meses sem professor/a de português.

Então, além de ser uma reforma imposta, por conta da pandemia e da falta de recursos, não houve preparo para recebê-la de forma adequada, fazendo com que adolescentes estejam expostos a um experimento.

EQUIPE INESC

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Júlia Alves Marinho Rodrigues
Márcia Anita Sprandel
Pedro de Carvalho Pontual
Roseli Faria

Conselho Fiscal

Iliana Alves Canoff
Lucas de Alencar Oliveira
Mário Lisbôa Theodoro

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
Iara Pietricovsky de Oliveira
José Antonio Moroni

Coordenadora da Assessoria Política

Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Adriana Silva Alves
Marcela Coelho M. Esteves

Equipe de Comunicação

Maria Garcia
Sílvia Alvarez
Thais Vivas
Thays Puzzi

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni

Cássio Carvalho
Cleo Manhas
Gabriela Nepomuceno
Leila Saraiva
Livi Gerbase
Márcia Acioli
Tatiana Oliveira

Assessoria Técnica

Dyarley Viana de Oliveira
Thallita de Oliveira

Educador Social

Markão Aborígine

Contadora

Rosa Diná Gomes Ferreira

Assistente de Contabilidade

Ricardo Santana da Silva

Técnico de Informática

Cristóvão Frinhani

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva
Josemar Vieira dos Santos

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

APOIO INSTITUCIONAL

Actionaid
Avina America - Fundo Pulsante
Charles Stewart Mott Foundation
CLUA – Climate and Land Use Alliance
ETF - Energy Transition Fund
Fastenaktion
Fundação Ford
Fundação Heinrich Böll

Fundar
ICS – Instituto Clima e Sociedade
KNH – Kindernothilfe
Malala Fund
Misereor
OSF – Open Society Foundations
PPM – Pão para o Mundo
Rainforest Foundation Norway